

RICARDO AMARAL

ESTADO DE SÃO PAULO

Fernando Henrique piscou

Duas semanas atrás, o jornalista Paulo Sotero resumiu, no *Estado*, as expectativas dos grandes investidores sobre as eleições presidenciais no Brasil. Em poucas palavras: uma vitória do petista Lula da Silva (considerada pouco provável pelo pessoal do mercado) preocupa menos que os meios que o presidente Fernando Henrique Cardoso usará para evitá-la. Nos últimos dias, o Palácio do Planalto cuidou de materializar os mais sombrios temores dessa gente que não muge, faz contas e preocupa-se mais com a evolução do déficit público do que com as curvas de intenção de votos nas pesquisas.

Para quem gosta de listas, desde a advertência dos investidores internacionais, o presidente candidato anunciou a seguinte liberação de dinheiro público:

- ° R\$ 11 bilhões em empréstimos para a agricultura, R\$ 3 bilhões acima do que se gastou com o plano de safra anterior e a juros mais camaradas que os da última temporada;

- ° R\$ 7 bilhões em aumento de vencimentos para o funcionalismo público, contando uma despesa retroativa que ninguém sabe ainda como e quando será paga;

- ° R\$ 530 milhões para o Ministério da Saúde e mais R\$ 500 milhões extras para o Ministério da Educação, dinheiro que tem de ser gasto este ano.

O gasto adicional de R\$ 11 bilhões coincide com uma ascensão de três pontos nas intenções de voto em favor do presidente, na última pesquisa do Ibope, que deu 36% para Fernando Henrique, contra 28% para Lula e 10% para os figurantes.

Pode-se calcular em R\$ 3,1 bilhões o custo de cada ponto na pesquisa, mas esta é uma continha marota. O problema está nas contas do próprio governo. De repente, não mais que de repente, começa a brotar dinheiro em Brasília, o suficiente até para revogar o corte de 12% nos gastos dos ministérios e do restante da administração pública, impos-

to como um sacrifício necessário para salvar o real de ataques especulativos, no pacote de novembro do ano passado.

O governo, como qualquer governo, tem explicações para tudo. O dinheiro da agricultura vai melhorar o desempenho das exportações e reduzir o preço da cesta básica; o aumento do funcionalismo é uma decisão da Justiça; o corte orçamentário de 12% era "maldade desnecessária"; o dinheiro para a Educação e a Saúde, além de bem gasto, estava sobrando nos cofres do Tesouro. Em resumo, a volta da ganância foi surpresa para todos (para alguns, grata surpresa), menos para os contabilistas de Brasília, que tudo previram para agora, às vésperas das eleições, tudo prover.

É difícil calcular se toda a di-

nheirama solta em Brasília chegará às ruas e aos campos a tempo de transformar-se em votos para o presidente candidato nas eleições de outubro, autorizando a continha marota feita linhas atrás, mas o mal já está feito. O próximo presidente da República, chame-se Fernando, Luiz ou José, terá de pagar a conta – na verdade, transferi-la para os eleitores.

Se Fernando Henrique for reeleito, terá adicionado um complicador fiscal às dificuldades políticas já previstas

para um segundo mandato, quando governará com uma aliança partidária mais confusa e gulosa que a atual e num ambiente de disputa aberta entre parceiros pela sucessão de 2002.

Voltando aos investidores, eles certamente perceberam que o presidente candidato errou duas vezes quando abriu o cofre. Primeiro, por ter sinalizado com um afrouxamento no controle dos gastos, quando esta era a pedra de toque da política de ajuste do País aos tempos modernos. Segundo, e mais grave, porque Fernando Henrique piscou no duelo. Abrindo o cofre, deu mais consistência à hipótese de perder as eleições do que qualquer resultado adverso em pesquisas.



Ricardo Amaral é jornalista

**Abrindo o cofre,
presidente dá
consistência à
hipótese de
perder na eleição
de outubro**